

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ANÁLISE DA PRÁTICA EXTENSIONISTA DO LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E INDÍGENA DA UNICENTRO

OUTREACH PRACTISE: ANALYSIS OF THE PRACTICE OF THE FIELD AND INDIGENOUS EDUCATION LABORATORY OF UNICENTRO

Submissão:
17/06/2024
Aceite:
18/12/2024

Vanessa Domingos Toledo ¹  <https://orcid.org/0000-0001-6009-6129>
Marcos Gehrke ²  <https://orcid.org/0000-0002-7592-3139>

Resumo

Este artigo trata da extensão universitária no Laboratório de Educação do Campo e Indígena (LAECI) da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. Assim, tem como objetivo compreender as categorias e a prática que orientam o trabalho extensionista no LAECI. A metodologia adotada está pautada em uma revisão bibliográfica e documental, com a utilização de autores que abordam a temática de forma geral, e no LAECI. Além disso, buscamos documentos oficiais para entender como a extensão se institucionalizou no Brasil e os documentos finais dos projetos de extensão do LAECI. Com a pesquisa, percebemos que o LAECI tem articulado o ensino, a pesquisa e a extensão em suas práticas, buscando atender às demandas trazidas pelas comunidades atendidas. Dessa forma, utiliza-se da extensão na perspectiva de Freire (1971), como um processo dialógico e comunicativo que deve ser realizado “com” e não “para” os sujeitos envolvidos.

Palavras-chave: Projetos de extensão; Movimentos Sociais; Formação de Professores; Escola do Campo e Indígena.

¹ Professora do Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro vanessatoledo@unicentro.br

² Professor do Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro magehrke@unicentro.br

Abstract

This study deals with the outreach activities carried out at the Field and Indigenous Education Laboratory (LAECI, Brazilian Acronym) of State University of Center-West - UNICENTRO. It aims to understand the categories and praxis that guide the outreach practices at LAECI. Thus, our methodology is based on a bibliographic and documentary review in which we use authors who deal with the subject in general as well as in LAECI and, in addition, we seek official documents to understand how outreach was institutionalized in Brazil and the final documents of the LAECI outreach projects. Through the research, we realize that LAECI has articulated teaching, research and outreach in its practices, seeking to meet the demands brought to them by the communities it serves. Thus, it uses outreach from the perspective of Freire (1971), as a dialogical and communicative process that should be carried out “with” and not “for” the subjects involved.

Keywords: Outreach Projects; Social Movements; Teacher Training; Country and Indigenous School.

Introdução

Este estudo apresenta os resultados da pesquisa de mestrado pertencente à linha de Políticas Educacionais, História e Organização da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, realizado durante os anos de 2022 e 2023.

Assim, ao estudarmos sobre extensão, há uma grande dúvida sobre a sua função, mas, afinal, o que é extensão universitária? O conceito de extensão universitária está muito atrelado com o seu objetivo, tendo em vista que é uma prática que objetiva realizar uma determinada ação. Brevemente, se olharmos o significado da palavra extensão, ele já transmite muito do seu conceito admitido pelas universidades: “ato ou efeito de estender”¹, ou seja, compete na habilidade de a universidade (entendida como corpo docente, discentes, administrativo, reitores, pró-reitores) se estender a algum lugar – que aqui chamaremos de sociedade/comunidade.

De acordo com Paula (2013), a prática da Extensão Universitária foi a última das três dimensões (ensino, pesquisa e extensão) a ser formada. Isso se dá por sua essência completamente interdisciplinar, suas implicações político-sociais e o seu compromisso com a transformação social.

Apesar das ações extensionistas terem um caráter social, elas são produto do capitalismo, pois o modo de produção capitalista despertou inúmeras insatisfações nos trabalhadores, e como forma de “apaziguar” a situação, ações extensionistas foram criadas numa perspectiva mais assistencial. Portanto, “é nesse contexto, em que o Estado e outras instituições responsáveis pela manutenção da ordem social despertaram para a necessidade de oferecer políticas capazes de atender/neutralizar reivindicações operário-populares” (Paula, 2013, p. 9).

O Laboratório de Educação do Campo e Indígena (Laeci) é vinculado ao Departamento de Pedagogia da Unicentro, formado em 2009. O Laeci nasceu a partir da criação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Pronacampo), que se deu a partir de uma discussão e ação entre a Universidade e representante das comunidades e localidades atendidas (Sapelli; Gehrke; Leite, 2019).

A partir de sua criação e das ações do Laeci, constituiu-se, em 2013, o Grupo de Pesquisa

¹De acordo com o OxfordLanguages: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>.

Campo, Movimentos Sociais e Educação do Campo (MOVECAMPO) vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Este grupo conta com a participação de professores e professoras da Unicentro e de outras universidades e da rede municipal e estadual de Guarapuava, acadêmicos de graduação, mestrandos e doutorandos.

Em vista disto, a intenção da pesquisa é realizar um mapeamento dos projetos de extensão que foram/são realizados pelo Laeci desde sua criação, em 2009. Portanto, desejamos responder, prioritariamente o seguinte questionamento: Quais os princípios caracterizam o trabalho extensionista no Laeci? Ao que tange ao objetivo, queremos compreender as categorias e práxis que orientam o trabalho extensionista no Laboratório de Educação do Campo e Indígena da Unicentro.

No que tange a metodologia, utilizamos análise documental e análise bibliográfica. Referente a primeira metodologia, as legislações brasileiras que tratam da extensão, foram utilizados os relatórios do Laeci, as resoluções da Unicentro e os relatórios finais dos projetos de extensão promovidos pelo Laeci. Quanto a segunda metodologia, utilizamos autores que tratam sobre a extensão, a educação do campo e a educação escolar indígena e referências para a extensão com os movimentos sociais, a escola do campo e indígena e a formação de professores. Em síntese, lançamos mão dessas duas metodologias com a finalidade de compreendermos as contradições existentes na trajetória da extensão universitária no Brasil, na Unicentro e no Laeci, percebendo as nuances que entrelaçam esses processos e, entendendo, os aspectos políticos e sociais que permearam essa história.

O presente artigo está sistematizado em três seções, a primeira trata sobre o histórico da institucionalização da extensão universitária no Brasil; a segunda seção aborda a extensão na Unicentro e o Laeci e a última, analisa as três dimensões que permeiam a prática extensionista no Laeci, sendo elas: formação de professores, movimentos sociais e escola do campo e indígena.

A institucionalização da extensão universitária no Brasil

O nascimento do termo extensão universitária remonta ao século XIX, na Inglaterra. Esse termo foi idealizado na Universidade de Cambridge por volta de 1871. O cenário que despertou esse marco foi o fato de que muitos adultos formados não se encaminhavam para as universidades; dessa maneira, o termo foi cunhado numa perspectiva de “educação continuada” (Nogueira, 2005), numa tentativa de aperfeiçoar o conhecimento dos trabalhadores.

A origem da extensão se deu em meio à Revolução Industrial na Inglaterra, momento oportuno para espalhar ideais britânicos às classes trabalhadoras, que estavam às margens do conhecimento produzido nas universidades. Por conseguinte, as ações extensionistas que aconteciam na Inglaterra começaram a incentivar outros países, como Bélgica e Alemanha, a adotarem tais práticas, espalhando-se por todo o continente europeu.

Segundo Sousa (2018), somente dez anos mais tarde o termo chegou à América, inicialmente nos Estados Unidos da América (EUA), que criou a *American Society for the Extension of University Teaching*, entidade cujo objetivo era estimular as atividades extensionistas nas universidades norte-americanas. Esse processo iniciou-se primeiramente em Chicago, em 1892, e logo espalhou-se por todo o território norte-americano.

Anos mais tarde, a *United States Agency for International Development* (USAID), com o argumento de desenvolver socialmente todo o continente americano, dando prioridade aos países sub-desenvolvidos, iniciou seus trabalhos no Brasil. O Brasil, ao acompanhar as ideias norte-americanas,

viu a necessidade de estreitar os laços entre universidade e comunidade, em uma perspectiva de solidariedade.

Portanto, no ano de 1931, nasce o primeiro marco legal sobre a extensão universitária no ensino superior brasileiro, sendo ele o Estatuto das Universidades Brasileiras – Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931. Segundo Sousa (2018), é necessário mencionar que a primeira experiência de extensão universitária no Brasil aconteceu antes do referido estatuto, por volta de 1911, na Universidade Livre de São Paulo, com cursos livres que não possuíam muita relação com os problemas sociais e as políticas da época. Assim, conforme o autor, na literatura só aparece menção sobre uma extensão universitária nos moldes atuais, com as atividades produzidas na Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (ESAV), atualmente conhecida como Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Em vista disso, é possível afirmar que o Estatuto das Universidades Brasileiras foi o pontapé inicial para a institucionalização da extensão universitária no Brasil, mas não o suficiente para institucionalizá-la, conforme escreve Sousa (2018). Assim sendo, de 1931 a 2018, alguns marcos legais foram criados e novos rumos para a extensão universitária foram dados.

Estes marcos legais foram sistematizados no Quadro 1:

Quadro 1 – Marcos legais e fóruns que institucionalizaram a extensão universitária no ensino superior brasileiro, 1931-2018

MARCO LEGAL/FÓRUM	ANO
Estatuto das Universidades Brasileiras – Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931	1931
Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961	1961
Reforma Universitária – Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968	1968
Plano de Trabalho de Extensão Universitária	1975
I Fórum de Pró-reitores de Extensão e Plano Nacional de Extensão	1987
Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988	1988
Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996	1996
Plano Nacional de Educação	2001-2011 / 2014-2024
Curricularização da Extensão - Resolução CNE/CES nº 07 de 18 de dezembro de 2018	2018

Fonte: organização da autora a partir da análise documental, 2022.

O Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931, conhecido como Estatuto das Universidades Brasileiras, foi criado durante o governo de Getúlio Vargas (1931-1945), logo após a Revolução de 1930. Assim, o Estatuto das Universidades Brasileiras é composto por 14 títulos, abordando questões como os fins do ensino superior, a administração universitária, o corpo docente, o corpo discente, entre outros aspectos. No artigo 42 do estatuto, é destacada a importância da extensão universitária, definindo as formas e possibilidades de sua promoção em âmbito nacional.

O artigo 99, alínea C, do Estatuto das Universidades Brasileiras atribui à extensão universitária um caráter social, estabelecendo que sua função é estreitar a relação entre a universidade e os diferentes atores da comunidade. Além disso, o artigo 109 destaca que a extensão universitária visa à

difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos, para o aperfeiçoamento individual e coletivo, mencionando também as formas como os cursos de extensão devem ser realizados.

O segundo marco legal a contribuir para a institucionalização da extensão universitária foi a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 4.024, homologada em 20 de dezembro de 1961. Cabe dizer que as reformas educacionais naquele período tinham um caráter liberal que compactuava com o mercado de trabalho, essas reformas tinham um olhar desenvolvimentista e articulou-se com a reorganização do Estado, de acordo com Shiroma (2000), as reformas na educação deste período serviram para formar “capital humano”.

A primeira LDBEN, apesar de pouco objetiva auxiliou de certa forma a reforçar o que estava colocado no Estatuto das Universidades Brasileiras, sendo assim, em seu artigo 69 define os cursos que podem ser ministrados nos estabelecimentos de ensino superior. Compactuamos com Sousa (2018), ao dizer que essa primeira LDBEN não apresentou nenhum “incremento” ao que já estava disposto no Estatuto das Universidades Brasileiras, e ela por sua vez também não considerou uma reforma no sistema educacional que era necessária, mas podemos dizer, que esse reforço oferecido pela LDBEN de 1961 auxiliou de certa maneira ao processo de institucionalização da extensão universitária.

A Reforma Universitária desencadeou a Lei nº 5.540 – Reforma Universitária que foi homologada no dia 28 de novembro de 1968, conforme Corrêa (2007), foi o documento que tornou a prática de extensão obrigatória nas universidades brasileiras. Essa lei se assemelhou bastante ao que já constava nas outras legislações, porém é nela que aparece o tripé da universidade: ensino, pesquisa e extensão. Ademais, é com a Lei nº 5.540² que a extensão assume um caráter mais social e passa a ser vista como a melhor forma de aproximar a academia da comunidade.

Entre os anos de 1974 e 1979 (naquele momento o Brasil passava por um alívio resultante da diminuição³ das represálias promovidas pelos governos militares anteriores), foi produzido o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, momento em que o Ministério da Educação (MEC) tenta retomar a construção do papel principal de organizador e formulador de políticas para a Educação. Por meio da Coordenação de Extensão Universitária (CODAE), o Plano de Trabalho de Extensão Universitária foi efetivado, resultando em um documento que tem sido considerado como a primeira política para extensão universitária, com grande importância para o campo, conforme aponta Nogueira (2005).

Este plano, para Nogueira (2005), contribuiu para a expansão e atuação e concepção de extensão no Estado brasileiro, assim, concretizando que este poderia ser realizado de diversas maneiras, como por meio de cursos, serviços, difusão de trabalhos de pesquisa, projetos de ação comunitária ou cultural e outras. É também com a oficialização do plano que há a indicação referente ao compromisso social da universidade com as comunidades.

De modo consequente, o Plano de Trabalho de Extensão Universitária também estreitou os

² A lei da Reforma Universitária atualmente encontra-se revogada pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394 de 1996. Apenas o artigo 16 que trata sobre a nomeação de reitores e vice-reitores foi revogado por outra lei, neste caso, a Lei nº 9.192 de 21 de dezembro de 1995.

³ A partir da literatura analisada, podemos afirmar que o governo Geisel foi um governo mais brando que tentou amenizar os estragos causados pelos governos militares anteriores, obviamente, não dá para tirar seu nome como mais um repressor, mas foi no governo de Geisel que algumas atitudes militares foram revogadas. Vieira e Farias (2007) apontam que esse foi um período de abertura lenta, gradual e restrita. Assim, o governo de Ernesto Geisel contou com a revogação do AI-5, a implementação e legalização do divórcio em todo território nacional, contribuição para ressocialização dos exilados – sem que estes pudessem assumir seus cargos políticos –, e a criação do DataPrev, do crédito educativo (atual Programa de Financiamento Estudantil – FIES), e outros.

laços da sociedade com a universidade, não mais com um caráter de transmissão de saber científico, mas assumindo a possível relação horizontal e numa perspectiva de troca de conhecimentos, o que Boaventura de Souza Santos (2007) vai chamar de uma Ecologia dos Saberes⁴, em que deve haver diálogo entre o saber científico e o saber popular. Assim, o Plano de Trabalho de Extensão foi um marco para a institucionalização da extensão e uma importante política que efetivou alguns importantes direcionamentos para extensão, os quais adotamos até os dias de hoje.

Ainda na linha de afirmar e concretizar a extensão universitária, o I Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Brasileira (Forproex)⁵, aconteceu em 1987. Cabe abrir um parêntese, e reforçar que o Brasil acabara de passar por um período ditatorial que passou longe de promover mudanças sociais importantes, mesmo que mencionado anteriormente que o governo Geisel foi um “respiro aliviado” para os brasileiros, ainda assim, tivemos mais seis longos anos de repressão. Portanto, podemos inferir que de 1970 a 1987, tivemos 17 anos de pura estagnação nas políticas para universidades públicas e, principalmente, para a extensão universitária.

O I Forproex aconteceu na Universidade de Brasília (UNB), a trajetória política brasileira e a recém “libertação” da Ditadura Militar, de certa maneira, contribuiu para que naquele momento, as universidades conseguissem prospectar discussões e melhorias significativas para o sistema universitário, e a extensão não ficou de fora.

Com o acontecimento do fórum, a extensão passa a ser vista além de uma prestação de serviços à sociedade, compreendendo-se que representa um importante contribuinte para a formação discente e docente, tendo em vista o privilégio de se relacionar diretamente com a sociedade. Segundo Mascarenhas, Silva e Torres (2021), esse acontecimento contribuiu para discussões significativas quanto a políticas, conceitos e metodologias para a extensão, reforçando a ideia de que a extensão não é somente uma ação de trabalho prestado.

O conceito de extensão advindo do I Fórum insere a extensão como parte do processo formativo discente. Entende-se que ela é uma grande aliada para a promoção articulada entre o ensino e a pesquisa, um caminho de mão dupla, que aproxima a sociedade dos saberes produzidos pela academia, e a academia se aproxima dos saberes culturais e específicos de cada comunidade (Forproex, 1987, p. 11). É com isso que a extensão universitária pode promover o diálogo entre a sociedade e a universidade, não se estendendo somente, mas contribuindo para um diálogo necessário e importante, para que essa “via de mão dupla” de fato aconteça.

Como resultado do I Forproex, foi elaborado o Plano Nacional de Extensão, que aponta a universidade como responsável por viabilizar projetos extensionistas, mas é também dever do Estado promover políticas públicas que favoreçam a extensão universitária e a participação da comunidade

⁴ A Ecologia dos Saberes de acordo com Santos (2007) é a relação que o saber científico precisa estabelecer com o saber popular. Santos (2007) aponta que, a partir do conhecimento popular e do conhecimento de mundo, a educação gera conhecimentos científicos, é partindo do que o estudante sabe que ele compreende o que ele ainda não sabe e passa a saber um pouco mais. Para saber mais ler: SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal. Novos Estudos, CEBRAP 79, novembro 2007 p. 71-94.

⁵ O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras acontece todo ano e tem um caráter itinerante – cada ano acontece em uma universidade pública brasileira –, tentando abranger as universidades de todo o território brasileiro, o evento já esteve presente em: Belo Horizonte/MG, Santa Maria/RS, Curitiba/PR, Natal/RN, Vitória/ES, Manaus/MA, Maceió/AL, Rio de Janeiro/RJ, João Pessoa/PB, Palma/TO, São Paulo/SP, e tantas outras universidades. No ano de 2022, o fórum aconteceu nos dias 07, 08 e 09 de junho, sua quadragésima nona edição, e teve como título “A extensão brasileira sobre (nova) perspectiva” que aconteceu na Universidade Federal de Uberlândia - MG.

nos projetos de extensão. Mediante ao exposto, é visivelmente perceptível que a extensão universitária é de suma importância para as universidades públicas do Brasil, conforme aponta o Plano Nacional de Extensão (Brasil, 1988):

A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

Este, por sua vez, retoma o caráter social da extensão universitária e aponta os caminhos que devem ser seguidos pelas universidades brasileiras, constituindo-se, assim, em outro marco que contribui positivamente para a institucionalização da extensão e sua permanência no ensino superior.

Em consequência, o próximo marco legal que contribuiu significativamente para a extensão universitária se tornar institucionalizada foi a Constituição Federal de 1988, importante para o processo de redemocratização do Brasil e que auxiliou no fomento de políticas educacionais que ainda são vistas nos dias atuais.

Na Constituição, a extensão universitária é mencionada em dois artigos: o artigo 207 e o artigo 213. O artigo 207 trata da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, destacando a autonomia das universidades. Já o artigo 213 menciona que as atividades de ensino, pesquisa e extensão promovidas por instituições ou universidades poderão receber auxílio financeiro do Poder Público, deixando claro que é possível haver políticas de extensão.

É na Constituição que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é reforçada, tornando-se uma exigência constante. No entanto, mesmo sendo um dos maiores referenciais dos direitos brasileiros, esse documento não aborda profundamente a extensão universitária.

Outro marco legal relevante foi a nova LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que menciona a extensão universitária seis vezes ao longo de seus cinco capítulos e seis seções. O artigo 43 enfatiza a importância da universidade na universalização do ensino superior e sua ligação com a Educação Básica por meio da extensão. Os artigos 44, 52, 53 e 77 destacam a extensão como parte essencial dos cursos, eixo de articulação na formação pluridisciplinar, reforço da autonomia didático-científica e viabilizam apoio financeiro público para essas atividades.

É possível afirmar que, a partir do Forproex, os marcos legais que se sucederam serviram para reafirmar a importância da extensão universitária no ensino superior brasileiro. Assim, de 1987/1988 aos dias atuais, surgiram apenas três outras políticas que reafirmam a importância desse campo no ensino superior, sendo uma delas o Plano Nacional de Educação (PNE) para os decênios de 2001-2011 e 2014-2024.

O Plano Nacional de Educação (PNE) não é uma política pensada recentemente. Ao contrário, conforme apontam Messias, Souza, Mafra e Cruz (2014), foi inicialmente projetada no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932). No entanto, com o desenrolar dos acontecimentos educacionais e políticos brasileiros, a proposta ficou arquivada por um longo período.

Foi somente com a Lei nº 9.394 de 1996 (LDBEN) que, de fato, a proposta de planos foi colo-

cada “em prática”. Como os PNEs são documentos com validade de apenas dez anos, abordaremos os PNEs dos decênios de 2001-2011 e 2014-2023, compreendendo que ambos possuem a mesma essência e foram construídos em contextos políticos semelhantes.

Os períodos que firmaram os dois PNE são apontados por Frigotto (2011) como um governo diferente, que não produziu reformas radicais, ou seja, que deu continuidade, mas de forma não coincidente.

O primeiro PNE para o decênio de 2001-2011 foi aprovado ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, e estava dividido em 11 temas, com 3 subtemas: diagnóstico, diretrizes, objetivos e metas. Para estes primeiros dez anos, foram lançadas 295 metas. A palavra “extensão” aparece 16 vezes no documento, sendo 11 relacionadas à extensão universitária. O documento destaca a extensão como uma das três atividades principais das universidades, essencial para enfrentar desigualdades sociais e regionais, e recomenda sua inclusão nos currículos de graduação, reforçando seu papel fundamental na educação e pesquisa universitária.

Portanto, “é perceptível a concepção da Extensão desempenhando um papel de desenvolvedor social, embora com uma conotação de *mea culpa* do país àqueles que não tiveram acesso à educação superior nas décadas passadas” (Sousa, 2018, p. 50).

O PNE para o decênio de 2014-2024 foi elaborado durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff (do Partido dos Trabalhadores), regulamentado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, e está também dividido em diretrizes, metas e estratégias. Nesse contexto, a palavra “extensão” aparece apenas quatro vezes. Conforme aponta Frigotto (2010), foi um período voltado para atender à “maioria desvalida” sem deixar de atender à “minoria prepotente”.

No PNE de 2014-2024, a palavra “extensão” é mencionada apenas quatro vezes, todas no anexo da lei. Na meta nove, relacionada à alfabetização de jovens e adultos, a extensão é vista como um instrumento de capacitação tecnológica. Na meta doze, que trata da ampliação do acesso ao ensino superior, a extensão é utilizada como estratégia para a curricularização, facilitando a entrada de mais pessoas na universidade. Na meta treze, a extensão é mencionada como uma estratégia para melhorar a qualidade do ensino superior, incentivando consórcios entre instituições públicas para formar mais mestres e doutores. Finalmente, na meta quatorze, a extensão é usada para fomentar intercâmbios científicos e tecnológicos entre instituições, visando aumentar o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*.

Por fim, compactuamos com Sousa (2018), que afirma que a extensão no PNE de 2014-2024 não foi amplamente modificada nem estudada profundamente, e teve sua maior afirmação junto à pesquisa. Sendo assim, seu maior feito foi incentivar, mais uma vez, a curricularização da extensão, que se tornou lei em 2018 (Sousa, 2018).

Em 2018, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou a Resolução que estabelece as Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira, a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Trata-se de uma normativa que aborda os conceitos, diretrizes e princípios para a extensão no ensino superior brasileiro (público e privado), estabelecendo padrões de avaliação, registro e planejamento de ações extensionistas (Mascarenhas; Silva; Torres, 2021).

É possível afirmar que as políticas educacionais desse período tinham o propósito de “retornar ao passado”, em que a educação profissional era destinada aos mais pobres e a formação propedêutica, à burguesia (Cara, 2017). Assim, cabe pontuar que compactuamos com Frigotto (2018, sp.), quando ele afirma que as políticas desse período representaram “o maior retrocesso dos últimos 70 anos ou mais”.

A Resolução CNE/CES nº 7, sobre a curricularização da extensão universitária, foi aprovada

rapidamente e conta com quatro capítulos: da concepção, das diretrizes e princípios, da avaliação, dos registros e das disposições finais. Ela define a extensão como prática interdisciplinar, integrando ensino e pesquisa, estipula que 10% da carga horária dos cursos de graduação seja dedicada à extensão e detalha diretrizes e modalidades. A resolução também enfatiza a necessidade de avaliações contínuas, registros documentados das atividades e a implementação de projetos interinstitucionais, com um prazo de três anos para aplicação. As universidades tiveram até 2022 para incluir a extensão nos currículos de graduação, reforçando a importância das práticas extensionistas no ensino superior brasileiro e marcando um avanço significativo na valorização da extensão universitária.

Por fim, a partir dessa trajetória, percebemos que a extensão universitária tem sido chamada a impulsionar a formação inicial docente, de maneira a contribuir não somente para a universidade, mas também para a sociedade como um todo

A extensão universitária na universidade estadual do centro-oeste/unicentro e o laboratório de educação do campo e indígena

A Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro está localizada nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do Paraná. A universidade possui três campus, localizados em Guarapuava (Santa Cruz e CEDETEG) e Irati, e conta com três campus avançados: Chopinzinho (com os cursos de Administração e Pedagogia), Pitanga (Administração), Coronel Vivida (Pedagogia, História, Matemática e Letras-Português), Prudentópolis (Administração, Ciências Contábeis e Pedagogia) e uma Unidade Avançada que fica localizada da Terra Indígena Rio das Cobras em Nova Laranjeiras (abriga o curso de Pedagogia para os Povos Indígenas). Além disso, a Unicentro é uma das sete universidades vinculadas à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) do Paraná.

Gonçalves e Gehrke (2016) afirmam que a Unicentro possui 33 anos e se formou na coligação entre duas faculdades: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFIG) de Guarapuava e a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati. Seu reconhecimento ocorreu em 1990 e, desde então, tem expandido gradativamente.

Atualmente, conta com 40 cursos de graduação, cursos de pós-graduação em nível de especialização lato sensu e 17 programas stricto sensu, sendo 17 mestrados e 8 doutorados. Ainda sobre isso, Gonçalves e Gehrke (2016) apontam que a Unicentro tem um papel fundamental para a região que atende, impulsionando importantes projetos e promovendo o acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade a inúmeros trabalhadores.

Ainda, vale citar que a Unicentro está presente em duas mesorregiões paranaenses (Centro-Sul e Sudeste), que abrigam terras indígenas (TI), acampamentos, assentamentos, comunidades da agricultura familiar, comunidades faxinalenses, comunidades quilombolas e grandes fazendeiros com grandes extensões de terra.

Assim como toda universidade, a Unicentro conta com o tripé ensino, pesquisa e extensão, além de regimentos internos que contribuem para a efetivação deste trabalho. Suas resoluções apontam similitudes ao que já tratamos ao longo da seção anterior. Para a extensão na Unicentro, há cinco diretrizes para a prática extensionista: a interação dialógica; a interdisciplinaridade e a interprofissionalidade; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; o impacto na formação do estudante; e o impacto e a transformação social. Desse modo, o que é praticado na Unicentro é o que está proposto nas legislações mencionadas anteriormente.

Ademais, estão estipulados os objetivos das ações extensionistas, como auxiliar na formação do estudante e na prática do professor; atividades que impliquem relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da Universidade e da sociedade; articulação de propostas extensionistas com políticas públicas auxiliando na melhoria de vida da comunidade; incentivo e contribuição às inovações; e promoção de atividades que incentivem o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental (Paraná, 2012).

Com base na Resolução nº 7 – CEPE/Unicentro, destaca-se a necessidade de avaliação pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) e a conformidade com as áreas de conhecimento do CNPq. Estabelece um prazo máximo de 24 meses para projetos e 36 meses para programas, e que as propostas devem ser protocoladas com 60 dias de antecedência. A equipe executora inclui docentes, discentes, agentes universitários e membros da comunidade, podendo ser alterada ao longo do projeto.

O coordenador geral deve ser um professor efetivo ou colaborador, este último necessitando de um termo de trabalho voluntário e contrato com duração compatível. Docentes efetivos devem alocar horas no seu Plano Individual de Atividades Docentes (PIAD) para extensão, e agentes administrativos precisam da anuência da chefia para dedicar horas semanais aos projetos.

A previsão orçamentária deve ser aprovada pela Pró-Reitoria de Finanças (PROAF). Propostas com financiamento externo devem reservar 20% para taxas administrativas e passar pela avaliação do Conselho Administrativo (CAD) se o valor for elevado. Projetos financiados devem destinar eventuais sobras de orçamento ao departamento vinculado. Sobre disseminação, projetos com mais de 180 dias devem apresentar produção acadêmico-científica no Relatório Final. Prorrogações podem ser solicitadas com até 25% de acréscimo ao cronograma, enquanto cancelamentos requerem justificativa e aceitação pela PROEC.

Relatórios finais técnicos e financeiros são obrigatórios, seguindo prazos específicos e acompanhados de produção científica. A PROEC é responsável pela certificação da equipe após a entrega dos relatórios.

O trâmite das propostas varia conforme a unidade de origem, passando por diversos setores da Unicentro até a PROEC para registro e arquivamento. Alterações devem ser comunicadas à PROEC, e propostas que exigem aprovação do Comitê de Ética só podem iniciar após parecer favorável.

Disposições finais mencionam a impossibilidade de propostas conduzidas por proponentes em afastamento, salvo exceções julgadas pelo CAD, e a PROEC institui os formulários necessários. A Resolução nº 7 – CEPE/Unicentro de 2018 incorpora a curricularização da extensão, obrigatória para todos os cursos de ensino superior no Brasil, sem grandes modificações além do previsto nas políticas nacionais.

Em síntese, é possível afirmar que as resoluções da Unicentro seguem as políticas nacionais de extensão com muita burocracia, o que pode limitar a oferta de atividades extensionistas na universidade.

O Laboratório de Educação do Campo e Indígena – Laeci

O Laboratório de Educação do Campo e Indígena – Laeci, que nasceu em 2009, compõe um dos laboratórios do Departamento de Pedagogia da Unicentro. Atualmente, abriga o grupo de pesquisa Campo, Movimentos Sociais e Educação do Campo (MovEcampo), o Curso de Pedagogia na Terra Indígena Rio das Cobras e o Curso de Pedagogia: Docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais

do Ensino Fundamental no contexto do Campo, bem como a pós-graduação para os egressos da primeira turma de Pedagogia na Terra Indígena Rio das Cobras.

O Laeci, conforme apontam Sapelli e Gehrke (2016), nasceu concomitante à promoção do primeiro curso de Licenciatura em Educação do Campo da Unicentro. De acordo com o Relatório do Laeci (2008-2019), o laboratório vem respondendo às demandas da classe trabalhadora – que, em sua maioria, são sujeitos marginalizados do sistema universitário –, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

É importante mencionar que o Laeci não possuía a letra “i” quando iniciou suas atividades. No entanto, em 2018, estabeleceu projetos em parceria com comunidades indígenas do Paraná, o que acarretou a criação do curso de Pedagogia na Terra Indígena Rio das Cobras, em 2019. Desta forma, a letra “i” foi incluída na sigla, deixando de ser Laec e passando a ser Laeci. A partir disso, foi criada uma logomarca para o laboratório, a qual busca apresentar elementos que articulam a Educação do Campo e Indígena e a universidade, como apresenta a Figura 1.

Figura 1 – Logomarca do Laboratório de Educação do Campo e Indígena



Fonte: Arquivo do Laeci, 2009.

A logomarca do laboratório foi organizada pelo seu coletivo e demonstra a relação entre a Educação do Campo e Indígena e a universidade, representadas pelo girassol e o livro. O girassol, além de ser um símbolo da Educação do Campo, tem variadas pétalas em movimento, representando as penas dos cocares indígenas, apresentando a articulação entre os três sujeitos envolvidos com as atividades do laboratório, neste caso, os indígenas, os camponeses e camponesas e a universidade.

Ao resgatarmos a história do Laeci, percebemos que ele ocupou, ao longo desses 14 anos, quatro espaços físicos na Unicentro. As mudanças de sala refletem a necessidade que o laboratório teve de expandir seu espaço, pois com o tempo variadas atividades (além dos cursos, atividades de pesquisa, orientações e de extensão) foram incorporadas pela equipe do Laeci, o que demonstra também a força que ele tem, pois apesar de não ser um departamento, abriga dois cursos de graduação e promove com certa constância cursos de pós-graduação.

Ademais, as atividades exercidas pelo Laeci apontam a dinâmica coletiva que ele tem tido ao longo desses anos de atuação. Sapelli e Gehrke (2016) mencionam que o trabalho realizado pelo laboratório não é fruto apenas do esforço da Unicentro – dos professores que integram o laboratório –, mas é uma parceria desenvolvida por variados grupos, como as prefeituras dos diversos municípios em que o Laeci atua, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Movimento de Atingidos por Barragens, o Movimento de Pequenos Agricultores, o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação Agroecológica (Ceagro), a Articulação Centro-Oeste de Educação do Campo e com comunidades indígenas do Paraná.

Além desses sujeitos e dos professores do Departamento de Pedagogia, há docentes pertencentes a outros departamentos que atuam nos cursos e que contribuem de forma significativa com as atividades do laboratório. Ademais, o Laeci está constantemente articulado com educadores de outras universidades do Paraná por meio da mobilidade docente, estes se somam para dar aulas e, ainda, contribuem em atividades extras promovidas pelo laboratório, como palestras, cursos, oficinas e participação em projetos de pesquisa e extensão.

Conforme apontam Sapelli, Leite e Gehrke (2019), uma característica importante a ser mencionada sobre os cursos ofertados pelo laboratório é que eles são promovidos a partir da demanda apresentada pelos movimentos sociais. Ao contrário do que muitos acreditam, esse vínculo entre os sujeitos do laboratório, os cursos e os movimentos sociais não é uma relação de imposição e/ou catequização, mas, ao contrário, é dialógica, que nasce a partir da demanda dos movimentos sociais e que a universidade (por meio do Laeci) abraça. Após o aceite do laboratório e das instâncias burocráticas da universidade, os envolvidos constroem coletivamente um projeto de formação para os sujeitos do Campo, das águas e das Florestas.

Assim, o Laeci tem articulado o ensino, a pesquisa e extensão de forma dialógica, pautando-se nas demandas apresentadas pelos movimentos sociais. Assim, o Laeci, como dito anteriormente, ofertou/oferta três cursos de graduação: a Ledoc, a Pedagogia do Campo e a Pedagogia Indígena, além dos cursos de graduação há também ofertadas de cursos de especialização, como: a Pós-Graduação em Educação do Campo e a Pós-Graduação em Educação Escolar Indígena, ambas organizadas com os egressos dos cursos do laboratório.

Além disso, nesses anos de trabalho do laboratório há a preocupação com a pesquisa, portanto, há o Grupo de Pesquisa Campo, Movimentos Sociais e Educação do Campo – MovEcampo, esse grupo se reúne mensalmente com o objetivo de discutir questões importantes para a Educação do Campo, das Águas e das Florestas, somam-se a esse grupo professores, graduando, pós-graduando, professores da Educação Básica e professores/pesquisadores de outras universidades. Como a pesquisa é fundamental para o Laeci, ao longo de sua existência houve a produção de livros com os públicos participantes das atividades do Laeci, somam-se atualmente 38 produções/publicações promovidas pelo Laeci. Vale pontuar que todos os integrantes do Laeci participam dessas produções, desde alunos de graduação até professores/pesquisadores de outras instituições.

Por fim, ao longo de sua existência, o Laeci somou o valor de R\$ 3.458.872,55 em participações de editais de ensino, pesquisa e extensão. Esses recursos federais e estaduais qualificaram o trabalho do Laeci e, em muitos casos, viabilizaram a execução das suas atividades.

Categorias de análise da práxis extensionista do laeci: movimentos sociais, escola e formação de professores

O foco deste trabalho é compreender como a extensão ocorre no Laboratório de Educação do Campo e Indígena da Unicentro. Esse objetivo só pode ser alcançado ao compreendermos qual é a perspectiva de extensão universitária adotada pelo laboratório. Assim, a extensão no Laeci é realizada a partir da perspectiva de extensão de Paulo Freire. Cabe mencionar que, apesar de utilizarmos o termo extensão, compactuamos com o que Paulo Freire (1971) disserta em seu livro, intitulado “Extensão ou comunicação?”.

Nesta obra, ele conta sobre uma experiência extensionista realizada por um agrônomo, e, ao observá-lo, percebe que os educadores comprometidos com uma educação numa perspectiva verdadeira e como prática transformadora não devem se utilizar da extensão, mas da comunicação, pois a “[...] extensão não corresponde a um que-fazer educativo libertador” (Freire, 1971, p. 3). Por conseguinte, o educador que se utilizar da comunicação se apropriará da humanização, fator que contribui expressivamente para a formação humana omnilateral do sujeito, mas cabe aqui o seguinte questionamento: por que não extensão?

Inicialmente, precisamos olhar semanticamente o que a palavra “extensão” significa, e como o próprio Freire (1971) aponta, o significado desta palavra está ligado ao ato de estender algo a alguém e, neste sentido, estaríamos realizando ações que transformam o sujeito em coisas, tornando o sujeito como um depósito – um depósito cultural alheio. Por consequência, estaríamos também realizando um processo nomeado por Freire (1971) de “invasão cultural”, pois, para este autor, a palavra extensão está associada àquele levará ao outro o seu mundo e normalizá-lo para ele.

Portanto, esse conceito não permite que o sujeito seja ator da sua história, o escraviza e o reduz à coisa. Neste sentido, na perspectiva da extensão, não lhe cabe uma lógica realmente humanística, “estender suas técnicas, entregá-las, prescrevê-las; não lhe cabe persuadir nem fazer dos camponeses o papel em branco para sua propaganda” (Freire, 1971, p. 4). Em resumo, a extensão é benéfica para algumas lógicas educativas, pois, para quem se utiliza deste termo, compreende que o conhecimento de mundo deve ser depositado nos estudantes, de forma estática e verbalizada.

Em contrapartida, na perspectiva da comunicação defendida por Freire (1971) e compactuada nesta pesquisa, o conhecimento só se efetiva por meio da ação transformadora sobre a realidade. Neste sentido, o ato de extensão possui um equívoco gnosiológico que não compreende que, para se conhecer, não se pode ser objeto, e que só sendo sujeito o homem pode realmente conhecer (Freire, 1971). Portanto, o conhecimento exige um ser curioso que, na perspectiva de educar e educar-se na prática da liberdade, é tarefa daqueles,

[...] que sabem que pouco sabem – por isso sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (Freire, 1971, p. 5).

O aprendido só se torna apreendido quando aquele que aprende se torna capaz de aplicar o aprendido nas situações existenciais concretas, portanto, as relações de ensino-aprendizagem devem estar mediadas pela relação homem-mundo, que “[...] atuando transforma; transformando cria uma realidade que, por sua vez, “envolvendo-o”, condiciona sua forma de atuar” (Freire, 1971, p. 6).

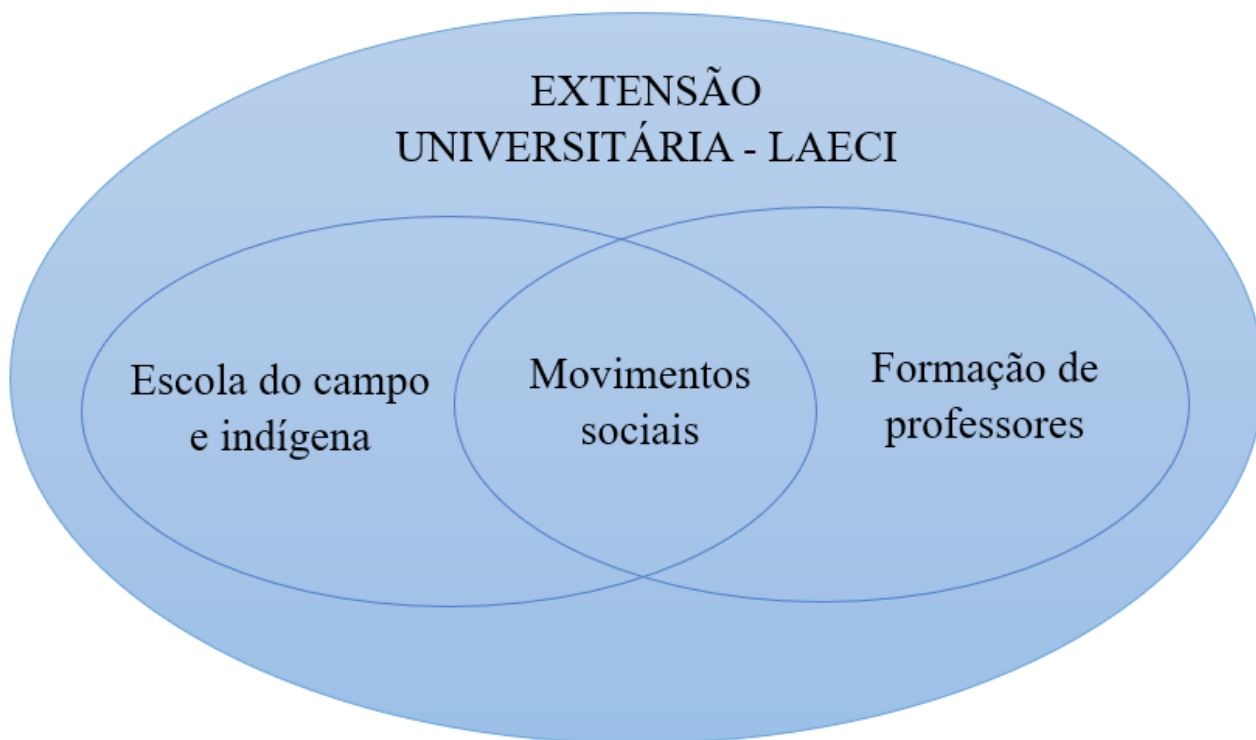
Com base nessa perspectiva, o Laeci tem realizado práticas extensionistas desde o início de suas atividades. De 2009 a 2022, o laboratório soma 32 projetos de extensão, alguns com financiamentos, como o projeto financiado pelo Programa Universidade Sem Fronteiras da Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) do Paraná, com o título “Produção interdisciplinar, intercultural e bilíngue de materiais didáticos para alfabetização em contexto indígena no Paraná”.

Ao analisarmos os projetos realizados, constatamos que o Laeci tem desenvolvido práticas extensionistas desde o início de suas atividades com os povos do Campo, das Águas e das Florestas. Suas ações permeiam as modalidades existentes na Unicentro, cursos, ações, projetos, programas e eventos, sendo assim, atendem às resoluções de extensão da universidade.

É possível, ainda, reconhecer que a prática extensionista afirma-se por meio das demandas apresentadas pelos coletivos que o Laeci se vincula e, também, pelos cursos que oferta, tornando sua prática não só extensionista, mas, como Freire (1971) aponta, dialógica/comunicativa. Ainda que, conforme Sapelli, Leite e Gehrke (2019) aludem, as práticas extensionistas promovidas no Laeci são práticas “com” e não “para” os sujeitos envolvidos no processo.

Não obstante, é possível identificar que três categorias estão contidas nos trabalhos extensionistas do Laeci: extensão com movimentos sociais, extensão e formação de professores e extensão e a escola. Assim, sistematizamos a prática extensionista no Laeci a partir da figura 2:

Figura 2 – A dialogicidade da práxis extensionista no laeci com movimentos sociais, formação de professores e escolas do campo e indígena



Fonte: a autora, 2023.

Este trabalho articulado da prática extensionista no Laeci, juntamente com os movimentos sociais, as escolas do campo e indígena e formação de professores, é sustentado pela concepção de práxis revolucionária de Vázquez (1967). Para o autor, a sociedade que vivemos, dividida em classes, proporciona embate de ideias e uma luta ideológica que exerce uma forte influência na forma que os indivíduos agem.

Assim, a práxis política “[...] expressa o fato de o homem ser sujeito e objeto dela, ou seja, a práxis na qual ele atua sobre si próprio” (Marcondes, 2021, s/p). Essa atividade prática possibilita desenvolver diversas ações, e no interior dela concorrem diversos movimentos para a transformação do sujeito enquanto ser social e, por isso, são destinados a transformar relações políticas, econômicas, sociais, culturais etc. A práxis política consiste na participação de amplos segmentos da totalidade da vida social.

Mas, além de política, Vázquez (1967) aponta que essa prática também é revolucionária, pois permite mudar radicalmente as bases econômicas e sociais que alimentam o sistema dominante. Para o autor, o protagonista desta práxis é o proletariado, que, consciente de sua situação de oprimido, busca a transformação das relações de poder da sociedade. Portanto, para ele, realizar uma prática política revolucionária é atingir o ápice da práxis.

A partir dessa compreensão, vimos que a extensão com os movimentos sociais aponta três dimensões necessárias: o encontro do saber popular com o saber científico (Gadotti, 2017); a dialogicidade do processo de ensino-aprendizagem (Freire, 1996); e a interdisciplinaridade (Sapelli; Leite; Gehrke, 2019). Segundo Toledo (2023), essas três dimensões qualificam o trabalho com os movimentos sociais e os tornam efetivos.

Sapelli, Leite e Gehrke (2019) apontam que, nos projetos de extensão com os movimentos sociais realizados pelo Laeci, foram inseridos temas que circundam a proposta curricular do MST, a agroecologia, a auto-organização dos estudantes, a luta pela terra e outros temas vinculados à questão agrária. Os autores pontuam, ainda, que a relação da universidade (Laeci) com as comunidades tem contribuído para desenvolver as dimensões política, social e pedagógica, pois exigiu que a universidade se posicionasse politicamente no contexto da luta de classes social, pois incentivou a derrubada de algumas barreiras entre universidade e movimento social. Isso potencializou o acesso das comunidades do Campo e das Florestas ao ambiente acadêmico e pedagógico, porque os sujeitos envolvidos tiveram aprendizagens significativas e desenvolveram capacidades (de síntese, de análise, de investigação etc.) e atitudes (de respeito, cooperação, de empatia e luta).

O trabalho extensionista com as escolas do campo e indígena precisam levar em consideração suas particularidades, em especial suas culturas diferentes – principalmente quando se trata de escola indígena. Portanto, a extensão precisa ocorrer a partir das demandas apresentadas pelos sujeitos pertencentes a esses ambientes. Assim, o Laeci tem buscado articular esses conceitos de escola do campo e escola indígena para realizar suas práticas de extensão. Suas atividades extensionistas são com escolas de acampamento, assentamento, itinerantes e indígenas, em que se busca trabalhar com oficinas, encontros formadores, produção de material, formação em agroecologia e outros.

Por último, as ações extensionistas com professores em formação, de acordo com Santos, Rocha e Passaglio (2016), está baseada em 4 fatores: a) estímulo à reflexão teoria e prática; b) conhecimento do campo profissional; c) desenvolvimento de postura ética e crítica e; d) troca versus transmissão de conhecimento.

Outrossim, após a análise dos projetos de extensão do Laeci, fica evidente que o laboratório busca frequentemente qualificar a formação de professores inicial e continuada. No que tange à formação continuada, isso se evidencia nos projetos “Formação de Educadores Continuada em Educação do Campo:

reflexões sobre currículos, planejamento e sobre as práticas de ensino”, que contou com três edições; “Formação de Agentes Populares de Saúde do Campo”, com mais de uma oferta; “Educação do Campo e Formação em Agroecologia – do saber popular ao saber científico”, além de outros que promoveram encontros entre professores universitários e professores das escolas do campo e indígena.

O diálogo criado entre os docentes de segmentos diferentes auxilia no incentivo aos professores da Educação Básica a seguirem estudando e a buscarem novos conhecimentos e práticas. De igual modo, esse processo dialógico é um fator que enriquece as escolas e as universidades, que, juntas, empenham-se para diagnosticar e solucionar os problemas existentes na educação.

Por fim, quando analisamos o que foi exposto, percebemos que a relação da extensão universitária com os movimentos sociais, com a escola e com a formação de professores beneficia não somente o extensionista, mas a comunidade com a qual a ação está vinculada. Portanto, acreditamos ser primordial, na formação de professores, práticas extensionistas com os movimentos sociais e a escola, pois essas tornarão o futuro docente mais bem qualificado e preparado para atuar de maneira consciente.

Conclusões

A partir desta pesquisa, foi possível compreender que o processo da institucionalização no Brasil permitiu que ajustes fossem realizados. Portanto, com base nas legislações que tornaram institucional a extensão nas universidades brasileiras, as atividades extensionistas tomam outro rumo e, assim, passam a ter uma dimensão interprofissional, dialógica, formativa e social, que unidas contribuem para o entendimento da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Destarte, ao longo de sua existência, o Laeci tem promovido cursos de graduação, a exemplo do curso de Licenciatura em Educação do Campo, curso de Pedagogia do Campo, curso de Pedagogia Indígena e cursos de pós-graduação gratuitos, a partir das demandas que lhes são impostas pelos movimentos sociais que atende. Além disso, a pesquisa no Laeci tem um papel importante, haja vista que há um grupo de pesquisa institucionalizado, duas bibliotecas que, conforme Bandeira e Cysne (2014), contribuem para a ampliação e geração de conhecimentos, e, ainda, buscam produzir materiais didáticos pedagógicos, livros e capítulos de livros com e para os sujeitos do Campo, das Águas e das Florestas.

Por consequência, corroboramos as pesquisas de Sapelli, Leite e Gehrke (2019), ao mencionarem que a prática extensionista no Laeci assume a perspectiva de extensão/comunicação pautada em Freire (1971), pois essas práticas permitem que, ao mesmo tempo que a universidade impacta, influencia e transforma, ela é impactada, influenciada e transformada.

Por fim, constatamos que a Laeci articula a extensão com os movimentos sociais, a formação de professores e a escola. Assim, essas categorias advêm da demanda apresentada pelos sujeitos que o laboratório atende, compreendendo que nada nasce por acaso, mas tudo tem uma dimensão histórica e dialógica. Essa práxis extensionista tem sua raiz nos cursos de graduação ofertados pelo laboratório e, a partir deles e com os sujeitos dessa relação pedagógica, nascem a pesquisa e os projetos de extensão. Portanto, podemos inferir que este é um processo dialógico que busca relacionar as necessidades impostas pelos protagonistas do processo e o laboratório.

Por fim, concluímos que as práticas de extensão com as três categorias analisadas permitem compreender que a educação é sempre política e convocação à participação ativa na transformação da realidade. Apreendemos que o Laeci tem desenvolvido um trabalho comprometido com a formação humana dialógica, que contribui para a emancipação do ser humano e para a melhoria da qualidade da educação.

Referências

- BANDEIRA, L. A. N.; CYSNE, M. R. F. P. Políticas Públicas de Informação e Desenvolvimento Econômico-Social: O Papel da Biblioteca do Instituto Federal do Ceará – Campus Juazeiro do Norte. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 1., 2014, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Franca, 2014.
- CARA, D. Entrevista: A educação em marcha à ré. **Jornal Extraclasse**. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/edicoes/2017/05/a-educacao-em-marcha-a-re/>. Acesso em: 20 out. 2024.
- CORRÊA, E. J. (org.). **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1987, Brasília. **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento**. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-ORPROEX.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FRIGOTTO, G. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 33., 2010, Caxambu. **Conferência de abertura**. Caxambu: ANPED, 2010.
- FRIGOTTO, G. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 46, jan./abr. 2011. p. 235-273.
- FRIGOTTO, G. A Educação está nocauteada. **Entrevista publicada por EPSJV/Fiocruz**, 15 jun. 2018. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/a-educacao-esta-nocauteada>. Acesso em: 12 out. 2024.
- GADOTTI, M. **Extensão Universitária: para quê?** 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 12 out 2024.
- GONÇALVES, A. N.; GEHRKE, M. **A trajetória dos 40 anos do curso de Pedagogia da Unicentro**. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.
- GONÇALVES, A. N.; GEHRKE, M.; SAPELLI, M. L. S. **Estudos e pesquisas em Educação do Campo: sujeitos e processos formativos**. Guarapuava: Apprehendere, 2018.
- UNICENTRO. Laboratório de Educação do Campo e Indígena. **Relatório do Laeci – 2009-2019**. Guarapuava, 2009-2019. Disponível em: <https://sites.unicentro.br/wp/educacaodocampo/> Acesso em: 20 out. 2024.
- MARCONDES, A. **A concepção de práxis em Adolfo Sánchez Vázquez: breve nota**. 27 maio 2021. Disponível em: <https://www.gposshe.com/2021/05/a-concepcao-de-praxis-em-adolfo-sanchez.html?m=1>. Acesso em: 6 jun. 2024.
- MASCARENHAS, A. L. L. D.; SILVA, M. R. F. da.; TORRES, M. B. R. A posição da extensão universitária no espaço acadêmico brasileiro: aspectos legais e campo de lutas. **R. Eletr. de Extensão**, Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 2-16, 2021.
- MESSIAS, B. T.; SOUZA, J. B.; MAFRA, L. M. G.; CRUZ, T. J. A. Plano Nacional de Educação: implicações e perspectivas. In: JORNADA DO HISTEDBR, XII; SEMINÁRIO DE DEZEMBRO, X, 2014, Maranhão. **Anais [...]**. Maranhão: Universidade Estadual do Maranhão, 2014.
- NOGUEIRA, M. D. P. **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras 1987-2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2005.

PARANÁ. **Resolução N°7- CEPE-CAD/UNICENTRO de 21 de dezembro de 2012**. Guarapuava: Unicentro, 2012.

PAULA, J. A de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces – Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p.5-23, jul./nov. 2013.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal. **Novos Estudos**, CEBRAP 79, p.71-94, nov. 2007.

SANTOS, J. H. S.; ROCHA, B. F.; PASSAGLIO, K. T. Extensão universitária e formação no Ensino Superior. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v.7, n.1, p.23-28, jan./jun. 2016.

SAPELLI, M. L. S.; GEHRKE, M. Laboratório de Educação do Campo na trajetória do curso de Pedagogia. In: GONÇALVES, A. N.; GEHRKE, M. (org.) **A trajetória dos 40 anos do curso de Pedagogia da Unicentro**. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

SAPELLI, M. L. S.; LEITE, V. J.; GEHRKE, M. A Universidade se pinta de povo: uma parceria entre a UNICENTRO e o Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra. In: KOLODY, A.; BELÉM, D. J. N. **Extensão em Perspectiva**. Guarapuava: Unicentro, 2019.

SHIROMA, E. O. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SOUSA, J. E. N. **Extensão universitária: o panorama do Instituto Federal do Ceará**. 2018.156f. - Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 2018.

TOLEDO, V. D. **Extensão Universitária: análise da práxis extensionista do laboratório de educação do campo e indígena da Unicentro**. 2023. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava (PR), 2023.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Paz e Terra, 1967.